

Ata N.º 2/2016

----Pelos 15 horas, do dia 30 de abril de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal, contando com as seguintes presenças: Jorge Manuel Martins de Jesus, João José Correia Valério, Isabel Maria Dias Martins, António da Rosa Marques, Carlos Manuel Godinho G. Arês, Fábio Miguel Florindo Gomes, João da Silva Rufino, João Manuel Duarte Brites, José Júlio Delgado Cabeça, José Manuel Praia Neves, Manuel Medeiros Morais Silva, Martina Marcelino de Jesus, Maria Hermínia da Conceição Louro, Paulo Manuel Alfaiate Pires, Rui Manuel Fernandes Vieira, Paulo Jorge Serra dos Santos e Carlos Chambel Lopes. -----

Esteve ausente o deputado municipal Júlio Manuel E. Churro Catarino tendo requerido antecipadamente a sua substituição. Foi substituído por António José Estevinha. -----

Registou-se também a ausência da senhora deputada municipal Helena Tapadas, que requereu a sua substituição. Não foi possível proceder à substituição porque o pedido foi apresentado com um dia de antecedência e os dois membros contactados não puderam comparecer. -----

Compareceu o Senhor Presidente da Câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os Senhores Vereadores, António Manuel Gomes Severino e Paulo José Estrela Vitoriano de Matos. -----

Verificou-se também a presença da senhora Chefe da Divisão Financeira, Dr.ª Sandra Simões, para apoiar a apresentação dos documentos relativos ao ponto dois da Ordem de Trabalhos. -----

--- Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos dois, três, quatro, cinco e seis da Ordem de Trabalhos.** -----

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Jorge Manuel Martins de Jesus, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. ----
Questionou se todos os deputados municipais tinham recebido a documentação. Não se registando qualquer intervenção que indicasse problemas na receção dos documentos. -----

A seguir, o senhor Presidente colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. -----

Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais Hermínia Louro e Carlos Arês, por não terem estado presentes na sessão anterior. -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou os assuntos que seleccionou das atas das reuniões do executivo municipal realizadas nos meses de março e abril. -----

Na ata da reunião realizada em **6 de abril de 2016**, salientou a abordagem à temática do ordenamento florestal e à plantação ilegal de eucaliptos. Frisou que esta questão não é nova. E que o Governo também tem discutido a matéria. Não se trata de fundamentalismo contra os eucaliptos, mas contra a plantação ilegal desta espécie, que tem proliferado. -----

Na ata de **16 de março de 2016**, evidenciou a referência ao "Núcleo Museológico de Mantas e Tapeçarias de Belver". "Questionou o ponto de situação deste importante projeto que teve início no mandato autárquico anterior, que considera ser potenciador e diferenciador da nossa oferta turística, dinamizando a economia do Concelho. -----

Na ata de **2 de março de 2016**, realçou a referência ao assunto das portagens na A23. Trata-se de um assunto pertinente, que sempre preocupou esta Assembleia. O Governo já anunciou que vai haver redução no pagamento de portagens. Questionou se o senhor Presidente tem informação sobre o assunto. -----

Salientou ainda, na mesma ata, os problemas de funcionamento do Castelo de Belver. Sabe que a situação tem sido acompanhada pela

Câmara Municipal. Mas foi informado que no fim-de-semana da Páscoa e do 25 de Abril o Castelo esteve fechado. Questionou o ponto de situação deste assunto. -----

De seguida, deu a palavra aos deputados para colocarem as questões que considerarem pertinentes. -----

Não havendo quaisquer questões colocadas pelos deputados municipais, passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que cumprimentou todos os presentes e prestou os seguintes esclarecimentos: -----

Começou por salientar que as questões referidas preocupam a Câmara Municipal de Gavião e devem preocupar todos os munícipes. -----

No que se refere à plantação de eucaliptos, a Câmara Municipal só quer que se cumpra a Lei e isso não está a acontecer. Têm sido destruídas plantações de sobreiros para se plantar eucaliptos. A situação também é preocupante na zona do Regadio. Esta semana o senhor Vice-presidente e o técnico do Gabinete Técnico Florestal estiveram na Assembleia da República numa reunião organizada pelo partido "Os Verdes", para se pronunciarem sobre esta situação. O eucalipto é uma espécie de crescimento rápido e gera rendimento mais rapidamente. Mas a Lei tem de ser cumprida. Informou que também já falou com o senhor Ministro da Agricultura, tendo-lhe sido remetida documentação sobre o assunto. Soube que está a ser preparada legislação sobre esta temática, mas isso não basta. Atualmente o Gabinete Técnico Florestal alerta o SEPNA, sempre que deteta uma plantação ilegal. O SEPNA levanta o auto, como lhe compete. Mas o ICNF não dá andamento ao processo. O senhor Ministro foi informado desta situação e mostrou-se admirado com a mesma. Na reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios foi abordado o assunto. O representante do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas ficou incomodado com a posição dos técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais do Distrito, bem como com a posição do representante da REN – Rede Elétrica Nacional, que se mostraram aguerridos nesta luta contra a ilegalidade. -----

Quanto à questão do “Núcleo Museológico de Mantas e Tapeçarias de Belver”, informou que na próxima semana vai ser gravado o vídeo, que contará com a presença de algumas pessoas de Belver. Só faltam os conteúdos gráficos. Esperamos que agora fique tudo pronto e possa finalmente ser inaugurado o “Museu”. O espólio de mantas já foi recuperado. Na “Artelinho”, em Alcaravela, vão ser filmadas as cenas de tratamento do linho, bater dos teares, etc. O “Museu” será inaugurado logo que esteja concluído. -----

Em relação às portagens na A23, afirmou que desde que foram criadas que é contra. Anteriormente como Presidente de Junta e agora como Presidente da Câmara, sempre se manifestou contra esta medida, independentemente do partido que governasse. Acredita na promessa do Governo, que irá haver redução no valor das portagens, até ao final do Verão. Acredita no senhor Ministro do Planeamento, que tanto ele como o senhor Presidente da Assembleia conhecem. Salientou ainda que os problemas da interioridade têm-se agravado com as portagens. -----

Quanto ao Castelo de Belver, frisou que foi assinado um Protocolo com a Direção Regional de Cultura do Alentejo. Esse protocolo previa a colocação de um trabalhador no Castelo e foi lá colocada uma pessoa, que por motivos de saúde saiu. Já colocámos lá outra pessoa, que sempre transmitiu dificuldades de relacionamento com o funcionário do Castelo. Desde então, já tentámos diversas hipóteses e ninguém quer trabalhar com o funcionário em questão. Neste momento decorre um processo disciplinar contra o referido funcionário. Sabia que no fim-de-semana da Páscoa, o Castelo tinha estado fechado, mas o funcionário alegou que o seu superior hierárquico tinha conhecimento que se tinha ausentado. Esta situação é insustentável e terá de haver uma mudança. A Câmara Municipal de Gavião está disposta a assumir a responsabilidade pelo Castelo. Salientou que em Belver temos o Museu do Sabão e teremos, brevemente, o Museu das Mantas, mas o Castelo é um Monumento Nacional, que traz sempre muitos visitantes e as diversas situações

insólitas que se têm verificado no Castelo tiram a vontade destes visitantes voltarem. -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos deputados municipais. -----

Não se registando nenhuma intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu início à Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM = Informação sobre a atividade do Município e a situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

O senhor primeiro-secretário leu o Relatório de Atividades, entregue pelo senhor Presidente da Câmara. -----

De seguida, o senhor Presidente da Câmara apresentou o Resumo Diário de Tesouraria relativo ao dia 29 de abril de 2016, que apresenta um saldo de 1.038.882,60€ (Operações Orçamentais – 912.564,67€ e Operações de Tesouraria – 126.317,93€). -----

Salientou que a situação financeira do Município é estável e controlada.

--- PONTO DOIS = Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas – 2015, nos termos da alínea I) do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

O senhor Presidente da Câmara começou por informar que se iria dispensar à apresentação do inventário de todos os bens patrimoniais, porque se trata de documento extenso e a que todos os deputados municipais tiveram acesso. Informou que iria focar-se na apresentação da Prestação de Contas 2015. Afirmou que se trata de documento técnico, elaborado de acordo com as regras do POCAL. Felicitou a Divisão Financeira, na pessoa da Chefe de Divisão, pelo desempenho eficiente na elaboração dos documentos. -----

Salientou a eficácia alcançada na execução do Plano de Atividades, com taxas de execução muito altas. A taxa de realização foi boa em quase

todos os objetivos. Salientou que gostariam de ter feito mais, mas não foi possível. E que estamos despertados para as possibilidades de candidatura, uma vez que finalmente o “Portugal 2020” tem as regras definidas e divulgadas. A boa situação financeira do Município permite apresentar um conjunto de candidaturas e tudo faremos para que sejam aprovadas. -----

Salientou a continuidade na aposta na operacionalidade dos Bombeiros Municipais. Bem como a manutenção dos apoios na educação, com a aquisição dos manuais escolares, refeições, transportes escolares, bolsas de estudo, etc. -----

Na ação social mantiveram-se também todos os apoios: Programa OMTJ, Apoio à Infância e à Habitação, Cartão Municipal do Idoso, etc.-----

Foi realizada a manutenção dos Reservatórios de Água. -----

Na Cultura mantiveram-se as diversas Festas no concelho, organizadas pelas associações e também a Feira Medieval de Belver, Mostra de Artesanato, Gastronomia e Atividades Económicas, Mostra Gastronómica do Feijão Preto, etc. Realizou-se pela primeira vez a Festa da Juventude, na freguesia de Comenda. -----

Realizou-se a manutenção dos diversos edifícios municipais.-----

Foram apoiadas as Juntas de Freguesia, apoiando a estratégia de cada uma, mas com respeito pela sua autonomia.-----

Foi concluído o PR4 e foi realizada a recuperação do Passadiço do Alamal. Não se optou por fazer passadiço novo, porque era um investimento muito avultado. -----

Salientou que, nas Receitas, continuamos a depender muito do Fundo de Equilíbrio Financeiro. E que as Despesas com Pessoal correspondem à maior “fatia” do orçamento municipal.-----

Sublinhou que o Município de Gavião tem diversos apoios para a fixação de pessoas: devolução de 5% do IRS, baixa taxa de IMI, isenção de derrama, Cartão Municipal do Idoso, Apoio à Infância, Bolsas de Estudo, Apoio à Aquisição de Manuais Escolares, etc. -----

Jun/
P

Informou que nos Fundos Comunitários não foram disponibilizados avisos com interesse para a nossa autarquia. -----

Frisou que as Despesas Correntes tiveram um comportamento pouco flexível, face às pressões externas. As despesas com pessoal corresponderam a 46,33%. Na estrutura orçamental, as Receitas Correntes supriram as Despesas Correntes. -----

A Câmara Municipal de Gavião não recorreu ao endividamento. A capacidade de endividamento foi de 7.381.759,00€. Nas Dívidas a Terceiros, os pagamentos do FAM são a maior fatia. Porque foi contabilizado a totalidade no início. A Dívida Transitada foi muito pequena. Lembrou que muitas vezes as faturas não estão em condições de serem liquidadas, ou não chegam atempadamente aos serviços. -----

Os Rácios têm indicado estabilidade. De 2010 a 2015 não se verificam diferenças substanciais. Em alguns anos houve mais facilidade em obter receitas. Nos anos em que houve Fundos Comunitários o investimento *per capita* foi superior. -----

Nos Recursos Humanos, o Município tem 117 trabalhadores, dos quais 75 são homens e 42 são mulheres. Há ainda 1 funcionário a Termo Resolutivo Certo. A maior fatia de funcionários pertence à Divisão de Obras (65%), Agrupamento de Escolas (22%) Divisão Financeira (20%) e Gabinetes de Apoio (3%). -----

Elogiou todos os trabalhadores municipais. Afirmando que, quando se está de fora, por vezes diz-se que não fazem nada. Mas não é verdade, os trabalhadores respondem sempre com prontidão a qualquer desafio que lhes é lançado e as obras concretizam-se. Isto aplica-se a todos os funcionários. -----

De seguida, foi dada a palavra aos deputados municipais: -----

O senhor deputado municipal Carlos Chambel Lopes interveio para afirmar que ficou satisfeito com a apresentação do senhor Presidente da Câmara. Saudou a forma como foram apresentados os dados contabilísticos, nos documentos em apreço. Colocou algumas questões, salientando que já no

✓ Juc.
P.

ano passado colocou algumas destas questões, mas estas constam novamente nos documentos. Saudou o exercício, porque quer as despesas, quer as receitas estiveram equilibradas. Lamentou que não tenha havido maior valor nos investimentos, porque estes são o motor da economia. -----

De seguida colocou as seguintes questões: -----

Na Conta 35 – Produtos e Trabalhos em Curso, embora devidamente justificado, não lhe parece razoável manter o valor de 1.098.204,82€, durante os exercícios de 2013, 2014 e 2015. Julga que haveria interesse em atualizar o montante indicado, refletindo uma situação mais real. Salientou que esta questão foi igualmente colocada na apreciação das contas de 2014. -----

A Conta 431 – Despesas de instalação, apresenta o mesmo valor (134.566,14€) nos três últimos exercícios (2013, 2014 e 2015). Os bens incluídos nesta rubrica deveriam ser amortizados num prazo máximo de 5 anos. Pensa que esta condição não se verificou. -----

Nas Contas 578 – Cedências (29.028,20€) e 579 – Bens Reversíveis (23,42€) constam estes valores nos Balanços desde 2005. Questionou se ainda não foi possível a sua regularização. Referiu que esta questão também foi colocada na apreciação das Contas de 2014. -----

Na Conta 32 – Mercadorias, os saldos (4.469,53€) mantêm-se nos anos de 2014 e 2015. Não houve variações? -----

Nas Dívidas a terceiros, páginas 10, 11 e 12, encontram-se dois mapas: um com o valor de 1.724.645,73€, valor este que consta no Balanço (Dívidas de Longo, Médio e Curto Prazo); outro no montante de 1.201.168,17€ (1.398.109,72€ - 196.941,55€) e juros na importância de 6.362,06€. Questionou se o valor de 1.201.168,17€ não deveria constar na rubrica “Dívidas a Terceiros de Longo Prazo”. -----

Referiu ainda que consta uma verba de cerca de 16 mil euros na Ribeira das Barrocas, para aquisição de moinhos. Questionou se foi adquirido algum moinho. -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu as questões colocadas e questionou se mais algum deputado pretendia intervir. -----

O senhor deputado Carlos Arês cumprimentou todos os presentes. Relativamente ao Inventário lembrou a questão que tinha colocado anteriormente. Se o valor dos bens estaria atualizado? Porque tem relevância, de acordo com as regras da Contabilidade Pública. Quando colocou a questão, o senhor Presidente da Câmara tinha respondido que o assunto estava a ser tratado e não havia motivos para preocupação. Mais tarde, o senhor Presidente, referiu que o ROC tinha levantado esta questão. Gostava de saber se o Inventário estava atualizado. Não se trata de uma crítica, mas trata-se de um pedido de esclarecimento. -----

Referiu ainda que, quando foi alterada a legislação do Turismo passou a haver Alojamentos Locais ou Hotéis. E já tinha referido que os estabelecimentos que não pediram a classificação como Hotéis, ficariam classificados como Alojamentos Locais. Quando se calculam os rácios em função do número de camas de alojamento, só contam os Hotéis. Se não temos nenhum alojamento classificado como tal, não receberemos nada nesse âmbito. Sabe que a culpa desta situação não é do Município. Porque são os proprietários que têm de criar as condições para haver essa classificação. Mas o Município é parte interessada neste assunto e deveria fazer algo nesse sentido. Porque poderemos estar a perder uma fatia importante do orçamento. -----

Não havendo mais questões a colocar foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara. -----

O senhor Presidente agradeceu a intervenção dos senhores deputados, especialmente a referência do deputado Carlos Chambel Lopes ao rigor na apresentação dos documentos. Referiu que os empréstimos serão feitos se forem necessários para potenciar investimentos estruturantes para o concelho. Quanto às questões técnicas colocadas, serão esclarecidas pela senhora Chefe da Divisão Financeira. -----

Relativamente à intervenção do deputado Carlos Arês, não se lembra de ter havido qualquer contradição nas suas intervenções acerca da Avaliação dos Bens. Conhece bem o Património do Município, embora muitas vezes possa não o estar a referir. É difícil ter o Património atualizado, com um único funcionário, a trabalhar nessa área. Estão a ser feitos todos os esforços para que até ao final de 2016, o património esteja atualizado. É esse o seu compromisso! -----

Quanto ao número de camas, referiu que existia um imposto sobre o Turismo, mas já não existe. Não temos nenhum Hotel, mas temos vários Alojamentos Locais. Obviamente que a Câmara Municipal está disponível para ajudar algum particular que pretenda transformar o seu Alojamento Local, em Hotel. Na sua intervenção nas comemorações do "25 de Abril" o Presidente da Turismo do Alentejo, ERT, Ceia da Silva, referiu que teremos mais turistas se tivermos mais alojamentos de qualidade. Enquanto Presidente da Câmara Municipal de Gavião acarinhará qualquer projeto para instalação de um Hotel. Mas o que realmente importa é que haja alojamentos de qualidade e isso nós temos. -----

A senhora Chefe de Divisão, Dr.^a Sandra Simões, prestou os seguintes esclarecimentos: -----

O valor refletido na rubrica 35 - Produtos e trabalhos em curso, do balanço respeita aos custos com a aquisição dos terrenos dos loteamentos industriais de Gavião e de Comenda bem como com os terrenos do loteamento urbano do Calvário em Gavião. -----

As infraestruturas dos referidos loteamentos estão refletidas na rubrica 445 - Imobilizações em curso em bens do domínio público, e é respeitante aos trabalhos desenvolvidos por administração direta do município nas infraestruturas dos referidos loteamentos que não foram totalmente apurados em virtude de ter sido tomada a decisão, por quem de direito, de infraestruturar os referidos loteamentos à medida que os lotes fossem vendidos, evitando assim custos acrescidos pois corria-se o risco de degradação da infraestrutura. -----

Os valores serão distribuídos proporcionalmente à área de cada lote ou de cada infraestrutura e seus respectivos custos (passeios, arruamentos, rede de águas, esgotos, zona verde, passeios, etc). -----

Na rubrica 442 - Imobilizações em curso em imobilizações corpóreas está refletido entre outras as obras em curso do Parque Desportivo do Salgueirinho e do Núcleo Museológico das Tapeçarias e Mantas de Belver. -----

Quanto à rubrica 431 - despesas de instalação, tem refletidos valores de projetos que a câmara mandou fazer por forma a fazer obras que fossem passíveis de ser comparticipadas por fundos comunitários. E para a elaboração dessa candidatura o projeto era fundamental. Como as candidaturas não foram aprovadas nem as obras efetuadas inventariou-se só o projeto. Quanto às amortizações e respetivas taxas estão definidas na Portaria n.º 671/2000. -----

No que respeita à conta 578 – cedências, o movimento foi registado no ano de 2005 e respeita a terrenos cedidos por particulares, a integrar no domínio publico para fins de infraestruturas e foi iniciativa de particulares, estas cedências estão tituladas nos respetivos alvarás. -----

Já a conta 579 - bens reversíveis é referente a lotes que foram vendidos no loteamento industrial e reverteram a favor do município por não cumprimento por parte da empresa compradora das obrigações estabelecidas no regulamento do loteamento industrial, não construíram no prazo fixado para o efeito. -----

Na conta 32 está refletido o valor de livros que o município vende, se ninguém comprou o valor não sofreu alterações. -----

Quanto ao mapa da página 11 das notas ao balanço e demonstração de resultados o mesmo contém todas as rubricas de dívidas a terceiros de médio e longo prazo e de curto prazo, já o mapa da página 12 corresponde apenas ao mapa de empréstimos com a dívida a 1 de janeiro de 2015, o valor das amortizações e dos juros do ano de 2015. -----

Salientou ainda que o valor de 1.201.168,17 respeitante a empréstimos está refletido no médio e longo prazo conforme se pode ver na página 11 e no balanço. -----

Depois de apresentados os documentos, foram colocados os mesmos a votação tendo sido deliberado: -----

- Apreciar o **inventário** de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. -----

- Aprovar a prestação de contas, cujo resultado líquido positivo assume o valor de 353.965,87€. Constituir reservas legais de 5% deste valor para a conta 571 – Reservas Legais – 17.698,29€; Conta 59 – Resultados Transitados – 336.267,58€. Aprovado por maioria, com quatro abstenções.

--- PONTO TRÊS = Apreciação e eventual aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento 2016 e GOP's; -----

--- O senhor Presidente da Câmara fundamentou e apresentou os valores da 1.ª Revisão às GOP's, no valor de 35.000,00€ e Orçamento 2016 no valor de 567.416,57€. -----

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

--- PONTO QUATRO = Apreciação e eventual autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, da assunção de compromissos plurianuais; -----

- **Aluguer de desobstrutor limpa coletores (limpa fossas)**, a contratar a “Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.”. Preço base para 2016 – 3.939,12€, para 2017 – 5.252,16€ e para 2018 – 1.312,92€. -----

Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de Oxigénio Medicinal para as ambulâncias dos Bombeiros Municipais de Gavião**, a adquirir a “GASIN II – Gases Industriais, Unipessoal, Lda”. Preço base para 2016 – 3.999,88€ e para 2017 – 3.657,45€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Monitor de natação para as aulas de Natação e Hidroginástica da Piscina Municipal**, por um período de 19 meses (reprogramação), a

contratar a João Francisco Silva da Mata. Preço base para 2016 – 5.544,00€ e para 2017 – 9.504,00€. Aprovado por unanimidade. -----

PONTO CINCO = Apreciação e eventual aprovação do Projeto de Regulamento Municipal do Programa Gavião Jovem – Férias Ativas;

Depois de apreciado o documento foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO SEIS = Apreciação e eventual autorização da celebração do Acordo para Delegação de Competências em Matéria de Serviço Público de Transporte de Passageiros, nos termos e para os efeitos do artigo 33.º al. b) e al. m) do n.º 1 do artigo 25.º, com as necessárias adaptações, todos do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, e n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015 de 9 de junho. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a celebração do Acordo para Delegação de Competências em Matéria de Serviço Público de Transporte de Passageiros na CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, nos termos e para os efeitos da citada legislação. -----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que, da referida legislação, decorre que todas as transportadoras têm que estar registadas numa plataforma e têm de ser validadas pelos municípios. A CIMAA assume essa competência e o trabalhador municipal designado para acompanhar este assunto é o senhor Paulo Calado. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou que a CIMAA terá, decerto, eficácia no acompanhamento do assunto. Mas espera que haja um incremento de qualidade nos transportes públicos no nosso concelho.

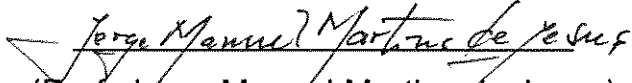
PONTO SETE = Diversos. -----

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos deputados municipais. -----

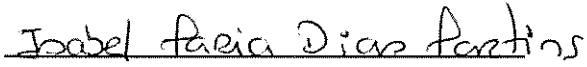
Nenhum deputado manifestou interesse em intervir. Por isso questionou algum membro do público pretendia participar. -----

Não havendo intervenções, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, eram dezoito horas, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, segunda secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal


(Prof. Jorge Manuel Martins de Jesus)

A segunda-secretária


(Isabel Maria Dias Martins)